

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Fiscalização de Pessoal

Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal

Processo nº 00600-00006898/2020-11

Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES

Assunto: Admissão de Pessoal

Senhor Diretor,

Tratam os autos do exame de legalidade de admissões no cargo de Técnico em Saúde, especialidade Técnico em Radiologia, realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 18, publicado no DODF de 10.5.2011.

O TCDF acompanhou o citado certame nos autos do Processo nº 14.046/2011.

Verificamos que as nomeações ocorreram dentro do prazo de validade do concurso, bem como que a ordem de classificação foi observada.

Dentro as oito admissões em análise nos presentes autos, apenas Willer Viana dos Santos declarou acumular cargos públicos, o cargo de Técnico em Radiologia, no Hospital Materno Infantil de Goiânia-GO, com compatibilidade de horários e gozo do repouso semanal remunerado. Assim, a admissão pode ser considerada legal, para fins de registro.

A título de informação, verificamos, nas escalas lançadas no SIRAC, que a jornada de trabalho do servidor está de acordo com a Lei nº 6.137/2018 (admite 18 horas de trabalho consecutivas, desde de que haja intervalo de 6 horas para a próxima jornada), a qual, a par de ter sua constitucionalidade questionada no âmbito do TJDF (ADI nº 2018.00.2.008736-3), bem como neste TCDF (Processo nº 18.310/2018), continua em pleno vigor, tendo em vista que a referida ação direta foi julgada improcedente, com decisão já transitada em julgado (22.7.2019), e, por conseguinte, as representações objeto do mencionado processo TCDF também o foram, a teor da Decisão nº 3.110/2019.

Jackson Souza Farias foi admitido *sub judice*, com decisão transitada em julgado a seu favor. Entretanto, em sua ficha admissional (fl. 4) não consta acumulação de cargos públicos, e, mediante cruzamento entre as bases de dados disponíveis no TCDF, verificamos que o servidor passou a acumular o cargo de Tecnólogo em Radiologia-Radioterapia, na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com lotação no HUB (ato publicado no DOU Nº 57, de 24.3.2016), desde 12.4.2016.

Assim, entendemos ser necessário que a SES/DF providencie o encaminhamento ao Tribunal dos dados relativos às atuais jornadas de trabalho do supracitado servidor, de forma que se possa verificar a legalidade da acumulação e a compatibilidade horária entre as jornadas cumuladas, inclusive quanto à observância do descanso semanal remunerado, adotando, desde já, caso necessário, as medidas para adequar as admissões ao que prescreve o artigo 37, inciso XVI, da CF/1988. Para tanto, o servidor deve ser notificado para fornecer as informações relevantes, sob pena de o Tribunal considerar ilegal a respectiva admissão.

Quanto às demais admissões analisadas nos autos, não encontramos óbice para que sejam consideradas legais, para fins de registro.

Diante do exposto, sugerimos ao Tribunal:

I - tomar conhecimento das fichas admissionais juntadas ao presente processo;

II - considerar legais, para fins de registro, em atendimento ao art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, as seguintes admissões realizadas pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 18, publicado no DODF de 10.5.2011:

Técnico em Saúde, especialidade: Técnico em Radiologia: Bruno Duarte Guimarães Santana, Carina Ribeiro da Silva, Fabíola de Jesus Costa, Lorene Cortes Lima, Mariana Cristina dos Santos de Oliveira, Paulo Henrique Ramos de Souza e Willer Viana Dos Santos;

III - determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que, relativamente ao concurso público para o cargo de Técnico em Saúde, especialidade Técnico em Radiologia, regulado pelo Edital nº 18, publicado no DODF de 10.5.2011:

a) notifique o servidor Jackson Souza Farias, que acumula o cargo de Tecnólogo em Radiologia-Radioterapia, na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, com lotação no HUB, desde 12.4.2016 (informação constatada mediante cruzamento entre as bases de dados disponíveis no TCDF), para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente informações acerca das atuais escalas de trabalho cumpridas nos cargos acumulados, de forma que se possa verificar a legalidade das acumulações e a compatibilidade de horários entre as jornadas de trabalho cumuladas, podendo a SES/DF, desde já, caso necessário, adotar as medidas para adequar as admissões ao que prescreve o art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, inclusive quanto ao descanso semanal remunerado, se for o caso, sob pena de o Tribunal considerar ilegal a respectiva admissão;

b) no mesmo prazo acima referido, encaminhe ao Tribunal as informações mencionadas na alínea precedente, indicando as providências porventura adotadas, tendo em conta os referidos dispositivos legais;

IV - autorizar o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.

À superior consideração.

Brasília, 18 de setembro de 2020.

FABIO JERONIMO TRINDADE
Auditor de Controle Externo
Matrícula: 14446